



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS PAUTADO NOS DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

[Monalisa Pereira de Castro/momocastro3@gmail.com/UFPI-CPCE](mailto:Monalisa.Pereira.de.Castro@momocastro3@gmail.com)

[Thaís Carvalho Xavier/UFPI-CPCE](mailto:Thais.Carvalho.Xavier@UFPI-CPCE)

[Wanna Santos de Araújo/UFPI-CPCE](mailto:Wanna.Santos.de.Araujo@UFPI-CPCE)

Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior - CAPES) / momocastro3@gmail.com / thaiscarvalho93@gmail.com

EDUCATION IN SCIENCES IN HUMAN RIGHTS: A PROSPECT TO REDUCE VIOLENCE IN SCHOOLS

[Monalisa Pereira de Castro/momocastro3@gmail.com/UFPI-CPCE](mailto:Monalisa.Pereira.de.Castro@momocastro3@gmail.com)

[Thaís Carvalho Xavier/UFPI-CPCE](mailto:Thais.Carvalho.Xavier@UFPI-CPCE)

[Wanna Santos de Araújo/UFPI-CPCE](mailto:Wanna.Santos.de.Araujo@UFPI-CPCE)

Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior - CAPES) / momocastro3@gmail.com / thaiscarvalho93@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa está ancorada em um subprojeto do PIBID vinculado a Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Trata -se da análise dos relatos de oito alunos da escola Joaquim Parente, neste cenário de conhecimentos “frágeis” a Educação em Direitos Humanos se apresenta como possibilidade de propor discussões sobre assuntos humanista essenciais ao contexto escolar. O presente estudo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a importância de pensar em estratégias educacionais, pautadas nos direitos humanos como forma de minimizar a violência escolar por meio do diálogo balizado na ideia que o ensino de ciências e a escola se constitui como



espaço estratégico para a adoção dessa prática. A pesquisa foi realizada no ambiente escolar com os discentes vale dizer que está pesquisa não se esgota aqui. Dito isto, salientamos que o projeto de PIBID das bolsistas autoras desta pesquisa estará pautado nessa perspectiva como forma de contribuir com a escola a qual estarão vinculadas. Os dados foram analisados de acordo com a Análise de Conteúdo com base em Bardin (2011).

Palavras-chave: Direitos Humanos, Ações Educativas, Escola.

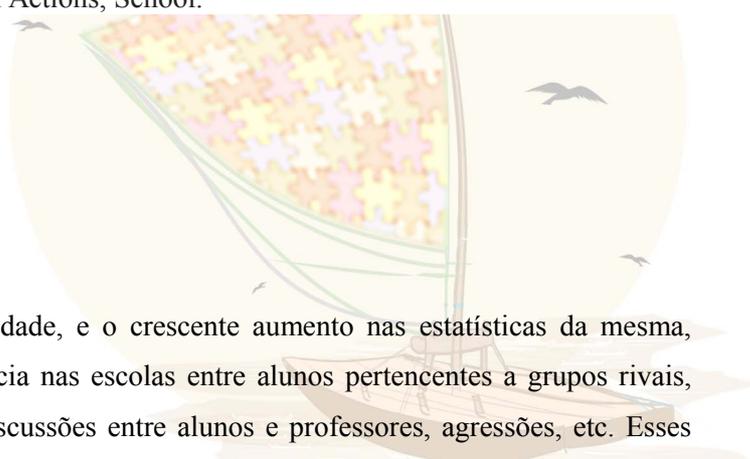
Abstract

This research is anchored in a subproject of PIBID linked to the Federal University of Piauí, Campus Professor Cinobelina Elvas, Licenciature course in Biological Sciences. The research is about the analysis of the reports of eight students of the Joaquim parente school, in this scenario of "fragile" knowledge, Human Rights Education presents itself as a possibility to propose discussions on humanist issues essential to the school context. This study aims to reflect on the importance of thinking about educational strategies based on human rights as a way of minimizing school violence through dialogue based on the idea that knowledge and the school constitutes a strategic space for the adoption of this practice. The research was conducted in the school environment with the students is worth saying that this research does not end here. Having said that, we emphasize that the PIBID project of the scholars scholars of this research will be based on this perspective as a way of contributing to the school to which they will be linked. The data were analyzed according to the Content Analysis based on Bardin (2011).

KEY WORDS: Human Rights, Educational Actions, School.

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas é uma realidade, e o crescente aumento nas estatísticas da mesma, também. Frequentemente relatos de violência nas escolas entre alunos pertencentes a grupos rivais, outras derivadas da prática do bullying, discussões entre alunos e professores, agressões, etc. Esses relatos tornaram-se notórios na mídia e na sociedade em geral, a exemplo podemos citar a da agressão sofrida pela professora Marcia Friggi, na qual a mesma levou um soco no rosto deferido por um aluno, o fato ocorreu no Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) de Indaial, Santa Catarina, ela foi agredida por um aluno de 15 anos, esta notícia encontra-se disponível no G1.





VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

O Brasil é o número um no ranking da violência contra professores, segundo pesquisa global realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estudo, chamado Talis (Teaching and Learning International Survey), foi baseado em um questionário internacional de longa escala que focava as condições de trabalho dos professores e da aprendizagem nas escolas com o objetivo de reformular políticas públicas a respeito do tema. Foram entrevistados mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos), em 34 países.

Na enquete realizada pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento (OCDE), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidações de alunos pelo menos uma vez por semana. Os índices de violência nas escolas não se restringem apenas a casos relacionados a agressões contra os professores, os alunos também são vítimas constante de atos de violência, sejam eles físicos, verbais ou psicológicos.

A violência verbal, física ou psicológica atingiu 42% dos alunos da rede pública nos últimos 12 meses. É o que mostra uma pesquisa realizada pela Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI). Está é a primeira edição da pesquisa que, entre janeiro e novembro de 2015, ouviu 6.709 estudantes de 12 a 29 anos, em sete capitais brasileiras: Maceió, Fortaleza, Vitória, Salvador, São Luís, Belém e Belo Horizonte. Todas elas apresentaram, segundo o Mapa da Violência de 2014, taxas de homicídios entre jovens maiores que a média nacional (82,7 homicídios por 100 mil jovens).

O estudo considerou violência não apenas agressões físicas e homicídios, eventos que, apesar de existirem, ocorrem em escalas inferiores. Discriminação, ameaças e xingamentos, muitas vezes confundidas com brincadeiras, também são considerados atos violentos, que consequentemente podem evoluir para agressões mais graves, contribuindo para tornar o ambiente escolar hostil e desagradável para a maioria dos alunos.

Ainda com base nos dados apresentados na pesquisa supracitada, de acordo com 70% dos alunos, houve algum tipo de violência na escola em que estudam no último ano. Entre os violentados, 65% apontaram um colega como agressor. Mais de 15% alegaram que a agressão partiu dos próprios professores. Entre todos os tipos de violência praticadas, o Cyberbullying, que engloba intimidações e ameaças na Internet e em aplicativos de conversa, representa 28% dos casos. Roubo e furto representam 25% dos casos e ameaças, 21%.

Para a socióloga Miriam Abromovay, coordenadora da pesquisa, um dos dados mais chocantes é sobre o local onde mais ocorrem os episódios violentos. É na sala de aula, que em teoria deveria ser considerado um lugar seguro e protegido, que acontecem 25% das ocorrências, sendo esse o mesmo percentual dos pátios. Em segundo lugar, estão os corredores, com 22%. A mesma relaciona os altos



índices da pesquisa a dificuldade que as instituições têm de se adequar a realidade e as necessidades dos alunos. “A escola continua seguindo um modelo do século retratado. Ela não é feita para esse alunos, não tem a ver com o que eles querem e pensam”. Portanto, o conceito por trás do diagnóstico participativo é uma forma de começar a melhorar a realidade escolar. Quando estudantes debruçam sobre seu cotidiano, e põe no papel o que observam, passam a exercitar o senso crítico e a ampliar a visão sobre o que é violência, com suas causas e consequências. “O objetivo é mostrar que jovens podem opinar, participar e ajudar nas soluções dos problemas da escola”, afirma Miriam. Esta notícia encontra-se disponível no site época.

É fato que a violência nas escolas é uma temática bastante discutida por todos, porém, as discussões nem sempre garantem medidas de combate, o que precisa ser realizado urgentemente. É preciso investir em educação. Edição essa voltada para a conscientização e o combate de práticas violentas dentro e fora do ambiente escolar. Em vista disso, com a Educação em Direitos Humanos haverá efetivação dos direitos, uma sociedade justa, igualitária e a convivência pacífica entre os povos. (ROSADO JR., 2015).

A relação entre educação e direitos humanos se faz necessária, pois a prática da educação leva ao entendimento dos direitos humanos, tornando possível a concretização de tais direitos, acarretando em uma cultura global dos mesmos, colaborando na base de uma

Pesquisas como essa são de total relevância, pois nos permite uma visão ampla e esclarecedora sobre a real situação do cenário educacional no Brasil. A Unidade Escolar Joaquim Parente, foi a instituição escolhida para a aplicação dessa temática por que nos autoras do presente trabalho como ex-alunas da unidade em questão pudemos presenciar ainda quando estudantes momentos que se configuram como violência e/ ou repressão entre os membros da escola, em destaque os alunos.

O presente estudo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a importância de pensar em estratégias educacionais, pautadas nos direitos humanos como forma de minimizar a violência escolar por meio do diálogo balizado na ideia que o ensino de ciências e a escola se constitui como espaço estratégico para a adoção dessa prática.

REFERENCIAL TEORICO

Entende-se como Violência, quando usa-se da força física, como ameaça real ou simbólica, contra indivíduos, nações ou contra si, que pode causar danos morais ou físicos, assim também como a morte. (KRUG et al., 2002).



Para Krug et al. (2002), o uso da expressão “poder” ou da frase “uso dá força física”, indicam o uso da força como ato de ameaças e intimidações. Fica aqui subentendido que o “uso do poder” e da “força física”, se relacionam a todos os tipos de violências ou abusos. Poder, conceito chave no pensamento de Arendt, “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 2009, p. 36).

Há várias maneiras de se entender esse fato, isso porque, que se torna cada vez mais preocupante, no âmbito escolar e de suas perspectivas. Já que a mesma atinge toda a comunidade escolar e torna assim, o processo de ensino e da aprendizagem conflituosos para todos.

É preciso, inicialmente, distinguir a violência “na” escola, a violência “à” escola e a violência “da” escola. (CHARLOT, 2002, p.434).

A violência “na” escola ocorre do espaço escolar sem ligação à a natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência, que teria podido acontecer em qualquer outro local. Pode-se, contudo, perguntar-se por que a escola, hoje, não está mais ao abrigo de violências que outrora se detinham nas portas da escola. A violência “à” escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição, e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser sinalizada junto com a violência “da” escola: uma violência institucional e simbólica que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam. (CHARLOT, 2002, P. 434 e 435).

Esse tema tem tomado as mídias, já que nos últimos anos houve um aumento de casos como esse nas escolas de todo o Brasil. Muitos veem a violência como algo individual e que os seus causadores geralmente são jovens e adolescentes taxados como delinquentes pela sociedade. Não se tem um consenso entre os pesquisadores, sobre a causa da violência.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a “violência” nem sequer merece menção. Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram „sempre fortuitos, nem sérios nem precisos “(Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDR, 1987, p. 16).



A violência praticada pelos adolescentes revela falhas no sistema familiar, escolar e no sistema público de políticas governamentais. A família desestruturada, como podemos ver na maioria dos casos de jovens e adolescentes infratores, colabora para que essas atitudes violentas se manifestem, pois muitas vezes o que o mesmo vê dentro de casa são casos de violência. A falta de ação da comunidade escolar para evitar ofensas e provocações aluno-aluno, professor-professor ou professor-aluno, também ajuda para o aumento da violência escolar, assim também como o sucateamento do sistema. A falta de políticas públicas e programas educativos também tem influência direta no caso.

Em alguns países de primeiro mundo como os Estados Unidos, existe a punição severa como prisão perpétua para adolescentes infratores, isso não faz com que o nível de violência baixe ou que a violência seja extinta, muito pelo contrário, isso faz com que os índices de violência aumentem drasticamente. Não é o medo da punição que vai fazer diminuir o índice de violência, mas uma ação conjunta entre todos os setores da sociedade.

Os Direitos Humanos nas Escolas

Direitos humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção de origem geográfica, de características referentes a cor da pele, do cabelo, da etnia, da nacionalidade, do sexo, da faixa etária, da orientação sexual, da classe social, da escolha religiosa, da opinião política. Independe da capacidade física, mental, do nível social de instrução.

São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano (BENEVIDES, 2007, p.336 e 337). Portanto seria muito importante se as escolas conseguissem implementar debates e discussões para seus alunos, como forma de chegar a um consenso sobre como amenizar os índices de violência escolar, já que na maioria das vezes são as principais vítimas e causadores. Para que percebam que todas as são iguais e possuem os mesmos direitos, sem discriminação de raça, cor, etnia, entre outros, já que o espaço escolar representa um espaço profícuo para discutir a questão de direitos e deveres em seu sentido mais amplo visto que nela convivem crianças, adultos, adolescentes.

METODOLOGIA



Esta pesquisa é descritiva de natureza qualitativa. A pesquisa descritiva tem a capacidade de perceber os fatores que influenciam no aparecimento do fenômeno pesquisado.

Segundo Triviños (2009, p.110):

O foco essencial desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, **seus professores**, sua educação, **sua preparação para o trabalho**, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc. (grifo nosso).

Visando obter resultados satisfatórios sobre a pesquisa em estudo, os autores da pesquisa realizam várias análises e leituras sobre a violência escolar e direitos humanos, na tentativa de se obter um conhecimento amplo, específico e qualificado acerca do tema em estudo.

Para concretização da pesquisa utilizou-se como instrumento de construção das informações a entrevista semiestruturada. Para Triviños (2009, p.146), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Bom Jesus em uma escola estadual que está vinculada ao PIBID, Unidade Escolar Joaquim Parente. Como estratégia organizacional realizou-se uma roda de diálogo entre os bolsistas pibidianos e os alunos convidados a participar do estudo. Assim, foram convidados somente dois alunos do ensino médio, porém, no decorrer do diálogo foram aproximando outros estudantes e se integrando ao grupo. Dessa forma, o grupo de pesquisa finalizou com um total de oito alunos. Salientamos que além dos alunos, foram convidados a participar da roda de diálogo os professores da escola, no entanto os mesmos não aceitaram.

As informações construídas foram analisadas a luz do método de Análise de Conteúdo balizado por Bardin (2011). Para tanto as informações foram organizadas e categorizadas. Para Bardin, a Análise de Conteúdo consiste em

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (2011, p. 48).

Portanto, utilizou-se o tratamento do material seguindo as três fases orientadas por Bardin (2011): 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já sinalizado na metodologia desta pesquisa foram feitos alguns questionamentos para os sujeitos sobre o tema violência que está sendo ancorado a um contexto mais amplo que é os Direitos Humanos. Dessa forma, pediu-se para que os participantes definissem com suas palavras o que é violência? O primeiro sujeito entrevistado não soube responder, já o segundo afirmou “é algo que não é bom” (A2). Complementando a resposta de A2 os demais componentes do grupo ressaltaram que existem dois tipos de violência: a física e a verbal. Na opinião deles, a violência verbal costuma deixar marcas para sempre nos indivíduos, porém depende da situação, pois existem casos de violência física que também deixam marcas inesquecíveis, como exemplo eles citam a discriminação que acontece com muitas pessoas pelo fato de ter uma opção sexual diferente do que é considerado convencional para a sociedade.

Sabe-se que é quase impossível eliminar todo e qualquer ato de violência do meio escolar, no entanto é fato que deve-se pensar em estratégias que busquem minimizar essas situações. Charlot (2002) destaca que quando se tem um estabelecimento na qual a violência escolar é grande encontra-se uma situação de forte tensão, logo quando as situações de violência são menores encontra-se um ambiente escolar mais tranquilo, flexível à negociação. Esse mesmo autor aponta que a violência na escola está intimamente relacionada com os conflitos e contradições presentes no bairro que a escola está localizada. Em consonância a esse pensamento salientamos que a escola a qual a pesquisa foi realizada encontra-se localizada em um bairro próximo a ambientes que já são conhecidos pelos atos de violência cometidos.

Dando continuidade a este estudo buscou-se ir um pouco além e questionou-se sobre o que os alunos entendiam por Direitos Humanos. De um modo geral, os participantes não tinham um conceito sistematizado sobre o tema em questão, em contrapartida apresentaram em seu discurso que todas as pessoas possuem direitos iguais, independentemente de cor, raça, ou sexo. Esse discurso foi salutar para enfatizar que esta pesquisa apresenta uma intencionalidade coerente e necessária. Nesse contexto foi possível perceber que os alunos reconhecem a importância de debater assuntos como esses no contexto escolar, pois todos os participantes demonstraram interesse e respondiam com entusiasmo os questionamentos, mesmo não tendo uma teorização a respeito do tema.

Indagou-se também sobre a importância de discutir o tema proposto no ambiente escolar. Nesse momento A4 responde: “É importante, pois assim, conhecemos nossos direitos perante a



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

sociedade e eles também.” As pesquisadoras interferem buscando saber a quem o aluno se referia, e ele responde: “os alunos homossexuais, aqueles que não estão enquadrados no padrão dos demais colegas, por possuírem opção sexual diferente da estabelecida pela sociedade” (A4). Aqui fica evidente uma contradição, uma vez que os alunos afirmam que todos tem direitos iguais independente do sexo ou cor, no entanto, em sua fala deixam claro dique existem divergências preconceituosas sustentadas entre o “eu/normal e eles/anormais”. Diante disso, o grande desafio para a escola seria implementar medidas que possam suplantar tal problemática, para isso acredita-se que o diálogo possa ser um forte aliado nesse momento, pois na maioria das vezes as escolas não são preparadas para essa prática educativa.

Não distante dessa discussão situa-se o ensino de Ciências que independentemente de ser uma área mais voltada para a construção do conhecimento científico não está desligada de pensar a escola como um espaço de relações, de cidadania e contextualização dos direitos humanos. Desse modo, Oliveira e Queiroz (2013) descreve que falar de Direitos Humanos para professores de ciências torna-se um desafio quando temos discursos de resistência que constroem um cenário de impossibilidades, pois costumam se esconder por trás de discurso como: “Não faz parte do meu conteúdo”; “Isso é responsabilidade da família”; “Devemos deixar isso para os professores de filosofia e sociologia”.

Dando continuidade a pesquisa percebeu-se que no discurso explícito pelo A5 os colegas que se assumem homossexuais não estão enquadrados nos padrões “normais” dos outros colegas, e mais ainda que todos os participantes colocam em evidência o claro preconceito com a opção sexual dos colegas. Isso reflete a falta de discussão de temáticas como essa no âmbito escolar. Alguns autores relatam que o espaço escolar é rigidamente ordenado e regulamentado, tentando induzir os alunos a valores, padrões e normas de comportamento (ARRIADA, NOGUEIRA, VAHL, 2012), deixando de lado discussões importantes na vida dos alunos.

Nesse contexto, indagou aos sujeitos se a escola costumava realizar alguma atividade ou toma alguma medida diante de atitudes preconceituosas ou de atos de violência que se qualificam como bullying, por exemplo. Todos os partícipes responderam que a escola até tem algumas iniciativas, no entanto os alunos (público alvo) não dão a devida importância. Nesse sentido, acredita-se que antes de qualquer atividade deveria ser feito um trabalho de conscientização com os estudantes, deixando claro que deve se cultiva uma relação de respeito dentro e fora da escola. Para esse fim o diálogo pode ser um forte aliado, pois como afirma Freire (2014) atividades dialógicas implicam em uma troca de saberes diferentes que não podem ser impostos por alguém, mas podem emergir a partir da comunicação crítica e esperançosa sobre nossa condição no mundo, ou seja, faz parte do desafio freireano construir novos saberes a partir da condição dialógica que provoca a interação e a partilha de mundos diferentes, mas que comungam do sonho e da esperança de juntos construir uma sociedade mais justa, igualitária e que viva em paz.



Para concluir a entrevista questionou-se sobre quais eram as medidas tomadas pela escola em caso de agressões ocorridas entre alunos ou entre professor e aluno. O aluno A7 afirmou que a direção aplica uma espécie de “Boletim de Ocorrência” (BO) além de conversar com os envolvidos na discussão pra saber os possíveis motivos que suscitara tais agressões no espaço escolar, para posteriormente aplicar punições. Em caso de agressões graves a direção juntamente com os pais solicitam a mudança de escola de um dos envolvidos. Esse discurso é preocupante, pois não remete a um interesse de buscar alternativas que possam evitar agressão no âmbito escolar, uma vez que é mais fácil separar os envolvidos. Aspectos como esses fazem parte de um contexto bancário de educação, pois não está compreendendo a agressão física e/ou psicológica com um ato de desumanização, mas sim como um fato isolado que o simples gesto de separar os sujeitos possa resolver.

Na tentativa de mudar essa perspectiva acredita-se que pensar uma educação pautada no diálogo, na formação para a cidadania e no respeito aos direitos humanos possa se configurar uma alternativa de reduzir atos violentos no âmbito escolar e estimular os educandos a serem sujeitos pacíficos capazes de resolver as diferenças por meio de argumentos, pensamentos críticos mediados pelo diálogo. Dessa forma, esta pesquisa pode ser considerada de caráter relevante para o contexto em estudo, haja vista que visa propor ações que venham direcionar os envolvidos para uma relação afetiva, mas sem esquecer da rigorosidade metódica necessária ao processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho fica registrado a importância da educação em ciências pautado nos direitos humanos, como uma proposta para “reduzir” a violência nas escolas, sua inclusão como uma possível ação educativa e sua contribuição educacional e social, além de proporcionar uma conscientização de tais direitos e provocar uma mudança significativa na sociedade. Isso porque estes sujeitos representam primeiramente a sociedade, inserem-se em uma instituição para adquirir conhecimento e posteriormente retornar a comunidade novamente para reproduzir seus saberes obtido na escola com mais consciência, equilíbrio, equidade e respeito para todos.

Ao avaliar a relação entre educação e direitos humanos na escola Joaquim Parente, conclui-se que pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é possível propor conhecimentos em direitos humanos por meio da educação, almejando traçar métodos que possam minimizar atos de violência e por fim exercitar uma cultura de direitos humanos na vivência escolar dos discentes.



No entanto, como sinalizado nos resultados, apesar de não se ter vivenciado na prática as propostas aqui descritas mediante a adesão desta pesquisa na escola estudada, nota-se ainda, a necessidade de ações educativas no âmbito da escola pública estadual Joaquim Parente, voltadas para os principais tipos de violências que se sobressai neste espaço educativo com ênfase nos Direitos Humanos, agregando assim mais iniciativas com a finalidade de sugerir aos diretores, coordenadores, docentes, discentes, pais e comunidades a formação não somente de mais um sujeito com o ensino médio completo, mais de um indivíduo consciente de seus atos, mediante as ações desenvolvidas no decorrer da sua formação, dessa forma uma relação harmoniosa e positiva se dá quando o respeito as diferenças dos outros prevalece, e para prevalecer é preciso conhecimento, visão crítica e o essencial – conscientização por meio educação humanizada, porém tudo começa com o respeito.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p.16.

ARENDDT, H. **Da Violência/On Violence**. Tradução Maria Cláudia Drummond. Publicação original 1969/1970, 2004, pág. 35-36.

ARRIADA, E.; NOGUEIRA, G, M.; VAHL, M, M. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p.37-54, maio 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Direitos Humanos: Desafios Para o Século XXI**. In: SILVEIRA, Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico- Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, pp.336-337.

CHARLOT, B.A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**. Porto Alegre.2002;(4):432-443.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J.A.; ZWI, A. B; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial de Saúde; 2002.

MORRONE, Beatriz. Violencia atinge 42% dos alunos da rede pública. Época, 25 mar. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/03/violencia-atinge-42-dos-alunos-da-rede-publica.html>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, G. R. P. C. **Educação em Ciências e Direitos Humanos:** reflexão-ação em/para uma sociedade plural. Rio de Janeiro, Multifoco, 2013, 97p.

TENENTE, L.; FARJARDO, V. **Brasil é o número um no ranking da violência contraprofessores.** G1globo, 22ago.2017. Disponível em: <<https://g1globo.com/google/amp/educação/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghml> > Acesso em: 17 de nov.2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

